HIV/AIDS: Saúde da Mulher em Privação de Liberdade

Autor(res)

Andressa Ferreira Alves Itiyama
Letícia Meireles Maravilha
Millene Santos Vidotti
Brendha Gabrielly Da Silva
Bruna Vidoto Dos Santos

Categoria do Trabalho

1

Instituição

CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA

Introdução

A incidência de HIV/Aids nas unidades penitenciárias brasileiras é extremamente preocupante, sendo 138 vezes superior à observada fora dela, conforme aponta o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN). Além disso, segundo estimativas da UNAIDS (Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS), 50% das pessoas infectadas mundialmente são mulheres (UNAIDS, 2023).
Embora o Brasil seja uma referência no tratamento clínico do HIV/Aids, determinados grupos sociais, como os Indivíduos Privados de Liberdade (IPL), frequentemente são excluídos desses avanços. Os presídios, conhecidos por sua superlotação, são ambientes propícios para a prática de comportamentos de risco para Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), incluindo o HIV, como relações sexuais sem proteção, uso de drogas injetáveis, prostituição e violência sexual (Carvalho; Buchalla, 2018).
A constante interação entre presos e a comunidade externa, por meio de visitas íntimas e transferências, amplia o risco de transmissão para além dos muros do sistema prisional, tornando o problema uma questão de saúde pública.

Objetivo

Este estudo visa evidenciar a vulnerabilidade das mulheres privadas de liberdade ao HIV/AIDS, investigando fatores estruturais e comportamentais do ambiente prisional. Analisa barreiras no acesso à prevenção, diagnóstico e tratamento, e destaca sua exclusão nas políticas públicas de saúde, apontando os impactos na saúde coletiva e a urgência de estratégias específicas.

Material e Métodos

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa, realizada por meio da análise de artigos científicos disponíveis na plataforma SciELO. A seleção dos estudos considerou publicações que abordam a temática do HIV/AIDS em mulheres privadas de liberdade no Brasil. As fontes foram analisadas com o objetivo de identificar aspectos relacionados à vulnerabilidade dessa população. Os principais critérios observados incluíram a presença de dados sobre acesso à informação, condições estruturais das unidades prisionais, processos de

ISBN 978-65-01-54084-9

diagnóstico e oferta de tratamento. A análise permitiu sintetizar os principais desafios enfrentados por essas mulheres no contexto prisional.

Resultados e Discussão

A saúde da mulher privada de liberdade constitui uma preocupação crescente nas políticas públicas, especialmente no que se refere à infecção pelo HIV. As condições precárias como superlotação, insalubridade, violência e ausência de assistência integral à saúde favorecem a disseminação do vírus. Nesse contexto, a vulnerabilidade de mulheres reclusas é intensificada por fatores como baixa escolaridade, uso de substâncias psicoativas, prostituição e início precoce da vida sexual (UNAIDS, 2023).

Um estudo apontou que 76,9% das mulheres soropositivas encarceradas iniciaram a vida sexual antes dos 15 anos, 53,8% relataram envolvimento com prostituição. Embora o tratamento antirretroviral esteja disponível nas unidades prisionais, muitas mulheres enfrentam dificuldades em manter a adesão ao tratamento, em razão da ausência de suporte psicológico e da descontinuidade do cuidado (Camargo et al., 2012).

O Ministério da Saúde destaca a importância de ações voltadas à prevenção, diagnóstico precoce e educação em saúde. No entanto, tais estratégias enfrentam obstáculos estruturais, como a falta de integração entre os serviços de saúde e o sistema prisional, além da escassez de profissionais capacitados. Ademais, a constante movimentação entre o sistema prisional e a comunidade externa, por meio de visitas íntimas, saídas temporárias e transferências, contribui para a disseminação do HIV.

Conclusão

Diante do exposto, conclui-se que metade da população infectada pelo vírus HIV são mulheres, fatores como prostituição e violência sexual contribuem para o agravo dessa situação. Em suma, mulheres privadas de liberdade são expostas aos riscos de maneira abrangente, pois a convivência em ambiente insalubre, uso de substâncias psicoativas e a falta de informação agravam a disseminação de infecções. Por tanto, é imprescindível que haja criação de políticas públicas, na área da saúde, de prevenção e tratamento, que visem o apoio e suporte para essa população, por muito esquecida.

Referências

CARVALHO, M. L. & BUCHALLA, C. M. (2018). Infecções sexualmente transmissíveis e HIV entre presos: desafios para a saúde pública. Cadernos de Saúde Pública, 34(10), e00110317. Disponível em: SciELO. Acesso em: 14 abr. 2025.

CAMARGO, J. P. de et al. (2012). Perfil das mulheres soropositivas em situação de reclusão. Revista de Atenção à Saúde, 30(4), 369–376. Disponível em: Repositório UNIP. Acesso em: 6 abr. 2025.

UNAIDS (2023). Pessoas em prisões e outros ambientes fechados: enfrentando o HIV e outras infecções transmissíveis. Genebra: UNAIDS. Disponível em: UNAIDS. Acesso em: 6 abr. 2025.